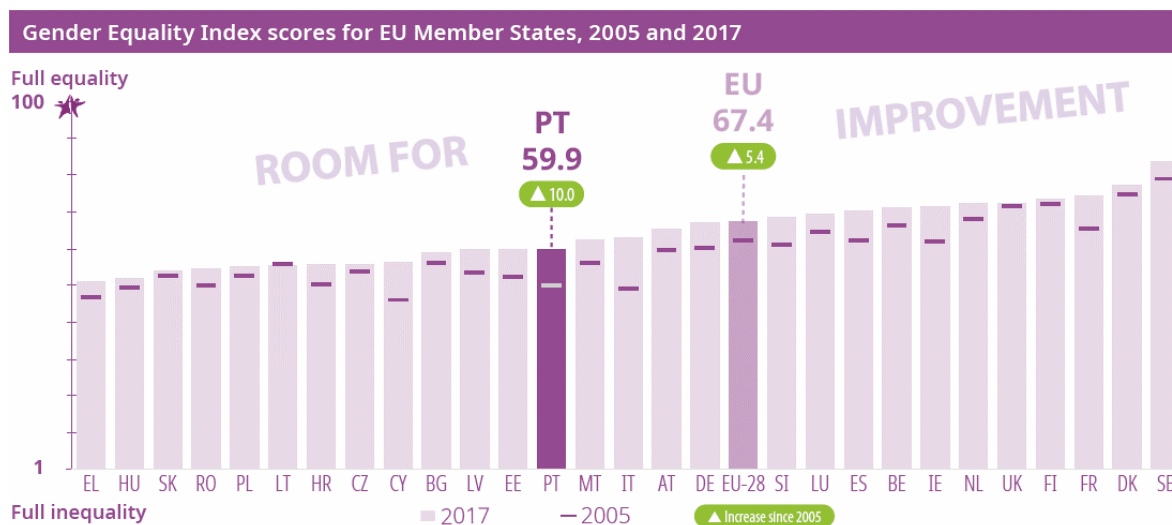


Portugal destaca-se no progresso para Igualdade de Género na União Europeia

Segundo o *Gender Equality Index* apresentado hoje em Bruxelas, Portugal está a progredir em direção à igualdade de género mais rapidamente do que a média dos restantes países da União Europeia (UE), onde os progressos têm sido mais lentos.

Estes dados foram revelados pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género que coloca Portugal na 16ª posição no ranking (UE28), sendo o país que mais progrediu nesta área de 2015 até 2017 (3,9 pontos), ou seja, subiu sete lugares. No entanto, a sua pontuação continua a ser inferior (menos 7,5 pontos) em relação à média da UE28.



O *Gender Equality Index* é uma ferramenta de avaliação na área da Igualdade de Género, lançada pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE – sigla no inglês) e tem como objetivo medir os progressos da igualdade de género na União Europeia e em cada um dos Estados-Membros.

Em termos gerais, a UE continua com um ritmo muito lento no que se refere ao progresso da igualdade de género. Os números revelam que a pontuação da UE em igualdade de género subiu apenas um ponto, para 67,4, desde 2017. A Suécia continua no topo com 83,6 pontos, seguida pela Dinamarca com 77,5. **O país que mais progrediu foi Portugal, com um aumento de 3,9 pontos, seguido da Estónia, com 3,1 pontos.**

Nas seis áreas avaliadas (trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, poder e saúde), Portugal apresenta **melhor desempenho** na saúde, no trabalho e no dinheiro. O **desempenho mais fraco** é na área do poder político e económico. Contudo, este é o domínio em que Portugal tem feito mais

progressos entre 2005 e 2017, alcançando 46,7 pontos, mais 24,5 pontos do que em 2005 e mais 12,8 pontos do que em 2015. De acordo com o EIGE, esta área evoluiu quase o dobro da média da União Europeia, que entre 2005 e 2017 conquistou mais 13 pontos.

No que se refere ao Poder Político o Index destaca o efeito positivo da Lei da Paridade em Portugal que em 2006 introduziu quotas de 33% para o sexo sub-representado nas listas para as eleições legislativas. Como resultado a percentagem de mulheres no parlamento aumentou de 20% no início de 2005 para 36% em 2015, sendo que a representação de mulheres ministras aumentou de 14% para 35% entre 2005 e 2018.

Para o EIGE, o nosso país fez também progressos em matéria de Poder na Economia e dando como exemplo o facto de na administração do Banco de Portugal a percentagem de mulheres ter subido de 0% para 33% entre 2005 e 2018.

Quanto à área da Saúde, onde Portugal obtém a classificação mais elevada entre as seis áreas, com 84,5 pontos, não há alterações significativas desde 2005, registando-se apenas mais 0,9 pontos do que em 2015. De acordo com o EIGE, a satisfação em relação à saúde aumenta segundo o nível de educação de cada pessoa e diminui em proporção à idade, destacando que Portugal tem o terceiro nível mais baixo de satisfação com a saúde na UE.

Na área do Trabalho Portugal apresenta 72,5 pontos, com referência para o facto de a taxa de emprego entre a faixa etária 20-64 anos ser de 72% para as mulheres e 79% para os homens, com uma taxa global de 75%.

Este instrumento destaca a prevalência desigual de mulheres e homens tendo em conta os diferentes setores de atividades, com 29% das mulheres a trabalhar na área da educação, saúde ou trabalho social em comparação com apenas 7% dos homens que, por sua vez, representam 31% dos trabalhadores nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemáticas, contra 9% das mulheres.

O equilíbrio entre a vida profissional e pessoal e a sua ligação com a igualdade de género é um foco especial do Índice deste ano. As licenças de parentalidade são uma das medidas políticas mais importantes para apoiar os pais e as mães que equilibram os deveres de cuidar com o trabalho, mas não está disponível em todos os Estados-Membros. Na UE, 28% das mulheres e 20% dos homens não são elegíveis para licença parental.

Quanto à análise da área do Rendimento, Portugal obtém 72,1 pontos, mais 1,2 pontos do que em 2015. O EIGE ressalva que a desigualdade entre mulheres e homens cresceu entre 2006 e 2014 e que teve como resultado as mulheres ganharem 16% menos do que os homens.

"A desigualdade de género - em detrimento das mulheres - é muito maior entre quem têm um baixo nível de educação, mães solteiras ou pessoas que vivem sozinhas", refere o EIGE. Demonstra ainda que quanto aos casais com e sem crianças, as mulheres ganham menos um quarto do que os homens sublinhando que, para estas, o risco de pobreza manteve-se inalterado desde 2005.

Na área do conhecimento, Portugal classifica-se em 23.º lugar entre os 28 países da UE, "melhorou significativamente nos subdomínios da realização e da participação", destacando que a

percentagem de mulheres licenciadas com mais de 65 anos aumentou de 11% para 21% entre 2005 e 2017.

Sobre o fenómeno da violência contra as mulheres, o EIGE refere que é uma consequência e uma causa de persistentes desigualdades de género em todas as áreas descritas. Este Instituto estima que entre 5% a 23% das raparigas migrantes que vivem em Portugal estejam em risco de serem submetidas a mutilação genital feminina. O EIGE refere o registo de 58 mulheres vítimas de tráfico de seres humanos.

Pela primeira vez, o Índice destaca a situação das pessoas LGBTQI + e das mulheres ciganas e muçulmanas em áreas onde há estatísticas disponíveis.

“Estamos a caminhar na direção certa, mas ainda estamos longe da linha de chegada. O nosso índice, que estabelece uma referência para a igualdade de género na UE, mostra que quase metade dos Estados-Membros fica abaixo dos 60 pontos. À medida que o novo Parlamento e Comissão Europeia moldam e renovam as prioridades da UE para o próximo quadro estratégico, é crucial que a igualdade de género ganhe velocidade”, disse Virginija Langbakk, diretora do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE).